Governador recebe relatório com propostas de aperfeiçoamento do sistema socioeducativo no Estado

Grupo de trabalho, instituído em agosto de 2016, já apresenta resultados positivos, como reforma de unidades de atendimento

O governador Fernando Pimentel recebeu, ontem, o relatório do grupo de trabalho, criado em agosto de 2016, com propostas para a reestruturação do sistema socioeducativo em Minas Gerais. O material traz diagnósticos de problemas e aponta diretrizes para aperfeiçoar a gestão das políticas públicas executadas por todas as frentes do Governo.

Entre os resultados já alcançados pelo grupo estão a reforma de centros socioeducativos, a proposta de capacitação dos agentes que trabalham nas unidades, a criação de política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e a proposta de ampliação do programa de egressos no Estado.

Fernando Pimentel destacou a importância do levantamento, que identificou a falta de planejamento e ações conjuntas no trabalho socioeducativo, salientando que o objetivo é melhorar a eficiência e a qualidade do serviço público para o cidadão.

"Esse relatório nos dá um retrato do sistema, que, às vezes, nem é o que a gente queria ver, mas mostra a realidade e nos aponta desafios. E um dos primeiros é a questão do meio aberto, para nós conseguirmos segurar o problema lá na ponta", disse o governador, ressaltando a necessidade de se conseguir evitar a reincidência dos jovens envolvidos com a criminalidade.

Integraram o grupo de trabalho que elaborou o documento representantes de diversas secretarias de Estado, do Ministério Público, do Judiciário e da sociedade civil. Segundo o coordenador do grupo, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, o desafio inicial era definir um modelo de gestão e que, para isso, foi preciso reunir dados e visitar as unidades de internação e semiliberdade, mapeando os problemas.

"Não tínhamos nenhuma informação sobre o que acontece, nem de como entra ou como sai do sistema. Precisamos de um sistema que vá identificar desde o momento em que o menino abandona a escola, para que não chegue no sistema prisional e no sistema de Justiça. Isso é, certamente, central para qualificar, porque tem relação com a educação, com o esporte, com a cultura", disse o secretário.

PRIORIDADES - A partir do diagnóstico do grupo de trabalho estão sendo feitas reformas emergenciais nas unidades de Uberaba, Governador Valadares, Divinópolis e Ribeirão das Neves. Já foram retomadas as obras nas unidades de Internação e Internação Provisória de Belo Horizonte (Dom Bosco, Santa Helena, Santa Clara, Santa Terezinha, Lindéia, Horto e Andradas) e Sete Lagoas. Também está em fase de licitação a contratação de projetos de reformas para as demais unidades socioeducativas.

Uma das definições será a ampliação do número de vagas, com a implantação de 29 unidades de execução de medidas de semiliberdade. Já foram publicados editais de chamamento público para 15 casas de semiliberdade. Além disso, também foi realizado contrato inédito de manutenção das atuais unidades.

Outra proposta do grupo é elaborar uma política que norteie o atendimento socioeducativo em meio aberto.

EDUCAÇÃO - Ficou definido que serão desenvolvidos, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação e com Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, fluxos e protocolos para garantir que todos os adolescentes que cumprem medida de semiliberdade estejam frequentes nas escolas.

Ainda no ambiente escolar, o grupo constatou a necessidade de se adequar uma metodologia de ensino às especificidades dos atendidos pelo sistema socioeducativo, e já começou a ser adotada, neste ano, uma nova proposta pedagógica, elaborada pela Secretaria de Estado de Educação, que também capacitou professores da rede estadual.

Outra diretriz é garantir as ações qualificadas da escola integral, que são as atividades ofertadas aos adolescentes no contraturno escolar na própria unidade socioeducativa, em todas as 24 unidades de internação do Estado.

O Grupo de Trabalho também propõe a ampliação da taxa de cobertura do programa de egressos em 6%, de forma que todos os municípios que possuem unidades tenham o programa.

QUALIFICAÇÃO - Uma das principais propostas defendidas pelo grupo é a capacitação, desde diretores e agentes socioeducativos, para padronizar e atualizar os procedimentos de segurança nas unidades.

Já para qualificar os adolescentes para o mercado de trabalho está em processo de elaboração o acordo de cooperação técnica entre o Estado e a organização da sociedade civil Acesse-MG (Associação Cultural e Esportiva Social e Educacional de Minas Gerais), que irá atender 200 adolescentes do sistema socioeducativo durante o período de um ano.

Além disso, serão lançados editais de chamamento público para celebrar parcerias com instituições que ofertem os cursos profissionalizantes e firmadas parcerias por meio de termos de cooperação técnica, com o Sistema S. O Estado ainda irá qualificar as oficinas ofertadas nos centros socioeducativos.

CONVERGÊNCIA - Os trabalhos contaram com a participação das secretarias de Estado de Segurança Pública, de Trabalho e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e de Casa Civil e de Relações Institucionais e a Controladoria Geral do Estado (CGE).

Além desses órgãos, foram convidados a pensar os problemas e propor soluções as secretarias de Estado de Saúde, Educação e Transportes e Obras Públicas, o Tribunal de Justiça (TJMG), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Defensoria Pública, sindicatos, promotores, e organizações da sociedade civil que atuam na área.

Uma das resoluções é a ampliação e articulação do sistema socioeducativo com o sistema judiciário. Assim, serão feitas reuniões com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMG para planejar capacitações aos magistrados sobre a socioeducação, além de criar um fluxo de remessa de documentos entre varas da infância e juventude, Estado e municípios, entre outras ações.

Também participaram da reunião os secretários de Estado Sérgio Menezes (Segurança Pública), Francisco Kupidlowski (Administração Prisional) e Rosilene Rocha (Trabalho e Desenvolvimento Social), além do procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet.

Codemig lança novos editais de fomento à gastronomia mineira

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e no contexto do programa *+Gastronomia*, lança dois novos editais de fomento ao setor.

O edital de incentivo a festivais, já em sua quarta edição, destina R$ 1,5 milhão à valorização da gastronomia no Estado, por meio do apoio a 12 eventos nos cinco territórios gastronômicos mineiros — Cerrado, Central, Espinhaço, Mantiqueira e Rios. Já o edital de apoio a *food trucks* irá distribuir R$ 450 mil entre 25 desses empreendimentos.

Ao todo, 37 propostas serão contempladas, e quase R$ 2 milhões serão direcionados ao setor. Os interessados devem ler os editais, disponíveis no *site* da Codemig, e enviar suas propostas até 28 de fevereiro de 2018.

O objetivo da iniciativa é potencializar a cadeia produtiva do setor em Minas Gerais e movimentar o fluxo turístico regional e nacional, reforçando o posicionamento do Estado como destino turístico gastronômico de referência no País.

"A posição de destaque já conquistada pela gastronomia mineira mais do que justifica os investimentos em organização, estrutura e em boas estratégias de promoção e comercialização. Além dos editais, o projeto da Mineiraria — que inclui a Casa da Gastronomia, a Cozinha Escola Mineiraria no Mercado Central e os espaços itinerantes — demonstram o comprometimento da Codemig em fomentar o setor", afirma o presidente da empresa, Marco Antônio Castello Branco.

ARQUIVO/AGÊNCIA MINAS GERAIS

Iniciativa busca potencializar a cadeia produtiva do setor em Minas Gerais

FESTIVAIS GASTRONÔMICOS - O edital irá apoiar 12 projetos, em duas categorias: *Festivais Gastronômicos*, voltada para eventos que já realizaram pelo menos uma edição nos últimos dois anos, e *Novos Eventos*, que pretende estimular a criação de novos festivais e iniciativas pelo Estado. Critérios como a relação do festival com as tradições regionais, o envolvimento de produtores locais e a acessibilidade, bem como a capacidade técnica dos organizadores, serão levados em conta na avaliação das propostas.

O Governo de Minas Gerais já realizou três edições da iniciativa, totalizando mais de R$ 3 milhões destinados à gastronomia mineira. Foram beneficiados 25 municípios, em 12 dos 17 territórios de desenvolvimento. Os eventos contemplados na quarta edição serão realizados ao longo de 2018.

EDITAL DE APOIO A FOOD TRUCKS - Já no edital para proprietários de food trucks, 25 empreendimentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte serão contemplados com R$ 18 mil cada, a serem repassados ao longo de 12 meses, que poderão ser usados em ações de manutenção dos *trucks*. Todos os participantes deverão oferecer ao menos uma opção de prato típico ou produto característico de Minas Gerais e detalhar no projeto sua relação com a culinária mineira.

PROGRAMA +GASTRONOMIA - Lançado em maio deste ano pelo governador Fernando Pimentel, o *+Gastronomia* envolve diversas instâncias da administração estadual para, em conjunto com a sociedade civil e a iniciativa privada, fomentar e valorizar a cadeia produtiva da gastronomia, reconhecendo-a como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.